

Parte II

Orientações para o trabalho dos Grupos de Estudo e Aprendizagem - GEA

Organizadores: Eronize Lima Souza,
Fernanda Karla de Santana Reis Argolo,
Zuma Evangelista Castro da Silva

Parceiros:

UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (UNDIME/BA)

Presidente

Raimundo Pereira Gonçalves Filho

UNIÃO NACIONAL DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (UNCME/BA)

Coordenadora

Gilvânia da Conceição Nascimento

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)

Diretor da Faculdade de Educação (FACED)

Roberto Sidnei Alves Macedo

EQUIPE DO PROGRAMA DE (RE)ELABORAÇÃO DOS REFERENCIAIS CURRICULARES NOS MUNICÍPIOS BAIANOS

Coordenador do Programa

Renê Silva

Coordenador de Articulação com os Municípios

Williams Panfile Brandão

EQUIPE DE ESPECIALISTAS

Currículo

Cristiana Ferreira dos Santos

Currículo

Herbert Gomes da Silva

Currículo

Roberto Sidnei Alves Macedo

Educação Integral

Cláudia Cristina Pinto Santos

Educação Infantil

Zuma Evangelista Castro da Silva

Ensino Fundamental Anos Iniciais

Fernanda Karla de Santana Reis Argolo

Ensino Fundamental Anos Finais

Eronize Lima Souza Marcos Paiva Pereira

Educação de Jovens, Adultos e Idosos

Josinéia dos Santos Moreira

Educação do Campo, Indígena e Quilombola

Marcos Paiva Pereira

Educação Especial

Aline Cruz dos Santos Oliveira

Plataforma Moodle

José Renato Gomes de Oliveira

EQUIPE DE FORMADORES POR NÚCLEOS FORMATIVOS

Núcleo Formativo 01 - Irecê

Miriam Oliveira Rotondano

Núcleo Formativo 02 – Velho Chico

Jeane Rufina de Souza Silva

Núcleo Formativo 03 – Chapada Diamantina

Luzileide de Jesus Santos e Santos

Núcleo Formativo 04 - Sisal

Carlos Vagner da Silva Matos

Núcleo Formativo 05 – Litoral Sul

Cristiano de Sant ana Bahia

Núcleo Formativo 06 – Baixo Sul

Anderson Passos dos Santos

Núcleo Formativo 07 – Extremo Sul

Carolina Freitas Castro Ribeiro

Núcleo Formativo 08 – Médio Sudoeste da Bahia

Higro Souza Silva

Núcleo Formativo 09 – Vale do Jiquiriçá

Lucinaide Santana Santos

Núcleo Formativo 10 – Sertão do São Francisco

Marco Antonio de Jesus Botelho

Núcleo Formativo 11 – Bacia do Rio Grande

Gabriela Sousa Rêgo Pimentel

Núcleo Formativo 12 – Bacia do Paramirim

Renilton da Silva Sandes

Núcleo Formativo 13 – Sertão Produtivo

Naurelice Maia de Melo

Núcleo Formativo 14 – Piemonte do Paraguaçu

Izabel Conceição Costa da Silva

Núcleo Formativo 15 – Bacia do Jacuípe

Angelo Dantas de Oliveira

Núcleo Formativo 16 – Piemonte da Chapada

Michelli Venturini

Núcleo Formativo 17 – Semiárido Nordeste II

Robélia Aragão da Costa

Núcleo Formativo 18 – Litoral Norte e Agreste Baiano

Gerusa do Livramento Carneiro de Oliveira Moura

Núcleo Formativo 19 – Portal do Sertão

Alexsandro Rocha de Souza

Núcleo Formativo 20 – Sudoeste Baiano

Josirlene Cardoso Lima Afonseca

Núcleo Formativo 21 – Recôncavo

Tania Maria Nunes Nascimento

Núcleo Formativo 22 – Médio Rio de Contas

Karine Nascimento Silva

Núcleo Formativo 23 – Bacia do Rio Corrente

Karla Mychely Teles de Miranda Santana

Núcleo Formativo 24 – Itaparica

Maria das Graças Souza Moreira

Núcleo Formativo 25 – Piemonte Norte do Itapicuru

Maria Cristiane Correia Maia

Núcleo Formativo 26 – Metropolitano de Salvador

Edisio Brandão Sousa

Núcleo Formativo 27 – Costa do Descobrimento

Luiz Argolo de Melo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	06
2. ORIENTAÇÕES PARA O TRABALHO DOS GRUPOS DE ESTUDO E APRENDIZAGEM	07
2.1 Estudo dos textos introdutórios do Documento Curricular Referencial da Bahia – DCRB	07
2.1.1 Atividade 1 - Territorialidade na Singular e Plural Bahia: Elementos Identitários para a Política Curricular do Estado	08
2.1.2 Atividade 2 - Marcos Teóricos, Conceituais e Metodológicos	09
2.1.3 Atividade 3 - Marcos Legais que embasam o Currículo Referencial para o Estado da Bahia	10
2.1.4 Atividade 4 – Modalidades da Educação Básica	10
2.1.5 Atividade 5 - Temas Integradores	11
2.1.6 Atividade 6 – Avaliação Educacional	15
2.2 Inspirações para uma possível trilha na Escrita do Referencial Curricular Municipal	17
REFERÊNCIAS	21

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS

Quadros

Quadro 1 – Exercício comparativo

APRESENTAÇÃO

No **Caderno de Orientações - Parte I** destinado às orientações para as Comissões Municipais de Governança – CMG's, tratamos, em uma das seções do caderno, sobre a Organização dos Grupos de Estudo e Aprendizagem – GEA's, mais especificamente, sobre sua estrutura.

Neste **Caderno de Orientações – Parte II**, partindo do pressuposto de que os GEA's já foram constituídos nos municípios, conforme orientações e respeitando as singularidades locais, a ênfase será nas orientações para o efetivo trabalho dos referidos GEA's - aprofundamento de estudo, mas principalmente, de autoria curricular.

Assim, no período de 27 de maio a 07 de junho de 2020, sob a coordenação das CMG's, os GEA's deverão empenhar esforços na efetivação de estudos do DCRB, sempre mediados por processos formativos, que possibilitem aos atores curriculares que constituem os GEA's, a apropriação do referido documento, que os autonomizem e autorizem em relação às políticas, teorias, práticas e modelos curriculares e, conseqüentemente, a autoria do Referencial Curricular Local/Municipal.

O Caderno traz 2 (duas) proposições de etapas do trabalho, a saber: **Estudo dos textos introdutórios do Documento Curricular Referencial da Bahia – DCRB** (Territorialidade na Singular e Plural Bahia: Elementos Identitários para a Política Curricular do Estado; Marcos Teóricos, Conceituais e Metodológicos; Marcos Legais que embasam o Currículo Referencial para o Estado da Bahia; Modalidades da Educação Básica; Temas Integradores; e, Avaliação Educacional) e **Inspiração para uma possível trilha na escrita do Referencial curricular** produzidos pelos grupos.

Todas as etapas, por sua vez, assim como no caderno de orientações Parte I, estão apresentadas em quatro seções: **Importante saber** tem como objetivo situar a Comissão num determinado ponto de partida. **O que fazer**, remete aos objetivos da ação. **As possibilidades do fazer** podem ser reconhecidas como pistas possíveis. **Ampliando o repertório** tem a finalidade de oportunizar o contato com leitura e/ou fazeres já vividos e experienciados. Reforçamos que as possibilidades de ações sugeridas devem ser entendidas como atividades propositivas, não devendo

ser consideradas como o único caminho possível para o alcance do objetivo das etapas do trabalho.

2. ORIENTAÇÕES PARA O TRABALHO DOS GRUPOS DE ESTUDO E APRENDIZAGEM – GEA's

2.1 Estudo dos textos introdutórios do Documento Curricular Referencial da Bahia - DCRB



Importante saber...

Quanto a sua estrutura, o DCRB apresenta aspectos sobre Territorialidade, Marcos Legais, Marcos Teórico-Conceituais, Marcos Metodológicos, Modalidades da Educação Básica, Temas Integradores e Avaliação Educacional, considerados para toda a Educação Básica, por apresentarem uma fundamentação conceitual e legal que sustenta a política educacional, preparando o “terreno” para a compreensão da dimensão sociocognitiva das competências e habilidades, na perspectiva da garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.(BAHIA, 2019, p. 15).

O estudo dos textos introdutórios do DCRB, além de explicitar como se deu o processo de (re)elaboração do documento curricular referencial da Bahia, oportuniza a reflexão sobre os elementos estruturantes da política de currículo, defendidos pelos professores e professoras, no âmbito do estado da Bahia, que se autorizaram no fazer/pensar do documento em 2018 e, conseqüentemente, ajuda na tomada de decisões no caminhar em direção à (re)elaboração dos referenciais das redes.



O que fazer...

- Estudar os textos introdutórios do DCRB;
- Estudar a Resolução nº 137/2019 de 17 de dezembro de 2019 do Conselho Estadual de Educação-CEE.



Algumas possibilidades para o fazer...

Atividade Obrigatória: Ler os textos introdutórios do DCRB e da Resolução CEE nº 137/2019. Destacar termos novos, buscar palavras chaves do texto, destacar partes que considerem mais relevantes do texto como ideia central etc.

2.1.1 - Atividade 1

Caberá aos Grupos de Aprendizagem:

- Reler a seção que trata da **“Territorialidade na Singular e Plural Bahia: Elementos Identitários para a Política Curricular do Estado”** e após leitura elencar:
 - ✓ a compreensão que o texto traz sobre “Territorialidade”;
 - ✓ a compreensão sobre “territorialidade” construída pelo grupo local: está em sintonia com o texto, diverge, complementa o texto?
 - ✓ quais elementos identitários para a política curricular do Estado o texto apresenta?
 - ✓ pensando no contexto local, territorial/regional quais elementos identitários acrescentaria?
- Reler o capítulo III, artigos 23, 24 e 25 da Resolução nº 137/2019 de 17 de dezembro de 2019 do Conselho Estadual de Educação-CEE (que fixa normas complementares para implementação da BNCC, nas redes de ensino e nas instituições escolares integrantes do sistema de ensino, na Educação Básica do

Estado da Bahia e dá outras providências) e fazer correspondência com a seção do DCRB que trata da territorialidade, a saber:

- ✓ O art. 24 da resolução e seu parágrafo único dialoga com a compreensão de territorialidade do DCRB?
- ✓ Os dispositivos do art. 25 da Resolução tem relação com os elementos identitários do DCRB? Caso afirmativo, apontar evidências correlacionando com fragmentos do texto. Caso negativo, apontar as divergências.
- ✓ Pensando o contexto local/regional, os dispositivos do art. 25 deixam quais alertas no contexto do desenvolvimento integral do sujeito?

2.1.2 - Atividade 2

Caberá aos Grupos de Aprendizagem:

a) Rer a seção que trata dos **“Marcos Teóricos, Conceituais e Metodológicos”** e após leitura discorrer sobre:

- ✓ Qual a compreensão que o texto traz sobre: *currículo, atos de currículo, competências, aprendizagem, formação, ação formacional, educação integral?*
- ✓ O texto apresenta uma concepção de educação integral e de políticas de educação integral? Quais as evidências? Quais proposições para o texto do município podem ser definidas e acrescidas?
- ✓ A compreensão dos atores do GEA, a partir de leituras, formação e experiências profissionais dialoga com as compreensões apresentadas no texto? Quais contribuições acrescentariam?
- ✓ Quais as pistas metodológicas o texto apresenta na perspectiva da aprendizagem?
- ✓ Por que entender o DCRB como política de Currículo e não currículo?
- ✓ É possível identificar no texto as compreensões de criança, adolescente, jovem, adulto e idoso, de educação e de sociedade? Tais compreensões coadunam com as intencionalidades da rede?

b) Rer o **Capítulo I, artigos 2º, 3º e Capítulo II, artigo 8º da Resolução nº 137/2019 de 17 de dezembro de 2019 do Conselho Estadual de Educação - CEE** (que fixa normas complementares para implementação da BNCC, nas redes de

ensino e nas instituições escolares integrantes do sistema de ensino, na Educação Básica do Estado da Bahia e dá outras providências) e fazer correspondência com a seção do DCRB que trata dos Marcos Teóricos, Conceituais e Metodológicos, a saber:

- ✓ Os artigos 2º, 3º e 8º da Resolução dialogam com os Marcos Teóricos, Conceituais e Metodológicos do DCRB? Apresentar as evidências.

2.1.3 - Atividade 3

Caberá aos Grupos de Aprendizagem:

a) Rer a seção que trata dos **“Marcos Legais que embasam o Currículo Referencial para o Estado da Bahia”** e voltando o olhar para os marcos legais municipais que tratam da Política de Currículo, proceder com a:

- ✓ Leitura das Diretrizes, metas e estratégias do Plano Municipal de Educação-PME, destacando todos os dispositivos que se conectam com a política de currículo e de formação.
- ✓ Pesquisa junto ao Conselho Municipal de Educação – CME se existe alguma normatização relacionada a essas questões. Caso tenha, sinalizar.

b) Fazer releitura do artigo 5º da Resolução nº 137/2019 de 17 de dezembro de 2019 do Conselho Estadual de Educação - CEE (que fixa normas complementares para implementação da BNCC, nas redes de ensino e nas instituições escolares integrantes do sistema de ensino, na Educação Básica do Estado da Bahia e dá outras providências) para proceder com a seguinte análise:

- ✓ As Diretrizes Curriculares apresentadas no artigo 5º foram contempladas na seção do DCRB que trata dos Marcos Legais? Apresentar as evidências.

2.1.4 - Atividade 4

Caberá aos Grupos de Aprendizagem

a) Rer ler seção que trata das “Modalidades da Educação Básica” (Educação Indígena, Especial, de Jovens, Adultos e Idosos, do Campo e Quilombola) e analisar as questões:

- ✓ Ao tratar de cada modalidade o texto dialoga com aspectos que tocam nas seções anteriores, a saber: na territorialidade e seus elementos identitários, na compreensão de política de currículo e de aprendizagem, e nos marcos legais?
- ✓ Quais as “luzes/pistas” que o texto das modalidades aponta e que podem contribuir para (re)pensar a política da modalidade ofertada localmente?
- ✓ Quais proposições/considerações o coletivo apresenta para o texto de cada modalidade considerando a defesa de políticas públicas no âmbito do município?

b) Rer ler artigo 9º da Resolução nº 137/2019 de 17 de dezembro de 2019 do Conselho Estadual de Educação - CEE (que fixa normas complementares para implementação da BNCC, nas redes de ensino e nas instituições escolares integrantes do sistema de ensino, na Educação Básica do Estado da Bahia e dá outras providências) para proceder com a seguinte análise:

- ✓ Quais os pontos de convergência e/ou divergência entre os dispositivos do artigo 9º na resolução e o texto da seção do DCRB que trata das Modalidades da Educação Básica?

2.1.5 - Atividade 5

Caberá aos Grupos de Aprendizagem

Rer ler a seção que trata dos Temas Integradores (Educação em Direitos Humanos, Educação para a Diversidade, Educação para o Trânsito, Saúde na Escola,

Educação ambiental, Educação Financeira e para o Consumo, Cultura Digital e Educação Fiscal);

a) Ler os temas contemporâneos constantes na BNCC;

b) Rer os artigos 24 e 25, capítulo III, da Resolução nº 137/2019 de 17 de dezembro de 2019 do Conselho Estadual de Educação - CEE;

c) Analisar, no quadro abaixo, as convergências e/ou complementações entre as três primeiras colunas;

d) Preencher a quarta coluna do quadro à luz do contexto local, pensando quais elementos/aspectos ainda precisam ser contemplados em vista do desenvolvimento integral dos sujeitos de direitos da educação municipal, ainda não contemplados pela BNCC, DCRB e Resolução do CEE;

Quadro 1 – Texto comparativo

Temas Contemporâneos BNCC	Temas Integradores DCRB	Parte Diversificada Resolução CEE 137/2019	Especificidade da Rede
<p>Direitos da criança e do adolescente (Lei nº 8.069/199016), educação para o trânsito (Lei nº 9.503/199717), educação ambiental (Lei nº 9.795/1999, Parecer CNE/CP nº 14/2012 e Resolução CNE/CP nº 2/201218), educação alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/200919), processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei nº</p>	<p>5.1 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS</p> <p>5.2 EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE</p> <p>5.2.1 Educação para as Relações de Gênero e Sexualidade</p> <p>5.2.2. Educação para as Relações Étnico-Raciais</p> <p>5.3 EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO</p>	<p>I - Abordagem Territorial como uma política de Estado, seus principais instrumentos (Lei nº. 13.214, de 29 de dezembro de 2014) e seus Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (PTDS), com ênfase na participação social e governança territorial como práticas cidadãs para o desenvolvimento sustentável, inclusivo e colaborativo;</p> <p>II - Gestão territorial, interfaces com a agenda da sociobiodiversidade e da agroecologia: arranjos de desenvolvimento local e das cadeias produtivas, inclusão produtiva de</p>	

<p>10.741/200320), educação em direitos humanos (Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/201221), educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/200422), bem como saúde, vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/201023).</p>	<p>5.4 SAÚDE NA ESCOLA</p> <p>5.5 EDUCAÇÃO AMBIENTAL</p> <p>5.6 EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PARA O CONSUMO</p> <p>5.7 CULTURA DIGITAL</p> <p>5.8 EDUCAÇÃO FISCAL</p>	<p>povos/comunidades tradicionais e estímulo ao fortalecimento das estratégias do desenvolvimento rural;</p> <p>III - Corredores Ecológicos nos Territórios de Identidade à luz da ecologia da paisagem: planejamento de turismo local, sua institucionalização, sociobiodiversidade e práticas de observação de paisagens, de grutas, de árvores, cursos e espelhos d'água onde existirem, de aves e outros animais silvestres de pequeno porte;</p> <p>IV- Cidades e aglomerados populacionais: o paradigma do planejamento ambiental e da ecologia da paisagem, sociobiodiversidade e integrações entre sistemas ecológicos, relações cidade e campo e o contexto das articulações metrópole-região, lógicas de povoamento ante a expansão do desenvolvimento socioeconômico e os modais de transportes na logística do desenvolvimento regional;</p> <p>V- Bacias hidrográficas da Bahia: biomas, importância biossocioambiental, vetores estruturantes da dimensão socioeconômica, contribuição sócio-histórica e econômica e culturas ribeirinhas, gestão das águas -</p>	
--	---	--	--

		<p>comitês de bacias e sua lógica de funcionamento;</p> <p>VI- Regiões biogeográficas na Bahia: paisagens, ecossistemas, proteção, corredores ecológicos, uso sustentável/comunidades sustentáveis, serviços ecossistêmicos, estudos de prioridades, índices de risco ecológico e cumprimentos de metas de conservação;</p> <p>VII- Territórios e Etnias: Espaços Quilombolas - marcas da ancestralidade e do senso de pertencimento: diacríticos para a (re)construção identitária. O lugar da educação para as relações etnicorraciais, da Lei nº. 10.639 de 9 de janeiro de 2003;</p> <p>VIII- Territórios e Etnias: Espaços Indígenas - direitos territoriais, lutas e resistência; etnografia e heranças histórico-culturais; etnodesenvolvimento como perfil de projetos de futuro formulados pelos povos indígenas. O lugar da educação para as relações etnicorraciais, da Lei nº. 11.645 de 10 de março de 2008;</p> <p>IX-Territórios, Memórias e Pertencimentos: os movimentos sociais populares - a ruptura com o poder colonial e a utopia de um governo com igualdade racial (Revolta dos Búzios); o 2 de Julho no contexto da consolidação da independência</p>	
--	--	--	--

		<p>política do Brasil; a saga heroica no sertão de Canudos e a representação do diálogo entre histórias, memórias e identidades da história nacional, regional e local nas diferentes temporalidades.</p> <p>X- Educação em Práticas Corporais: as diferentes manifestações da cultura lúdica dos territórios de identidade do Estado da Bahia e suas expressões, principalmente aquelas de origem de matriz afro-brasileira e indígena.</p> <p>XI- Territórios da Bahia, variações lingüísticas e interculturalidades: combinação de traços culturais e a singularização de sujeitos regiões, linguagem como atividade social, processos linguísticos dos falares baianos, cultura de linguagem e estratégias para o tratamento da variação linguística nas escolas.</p>	
--	--	---	--

Fonte: Elaboração própria do programa

2.1.6 - Atividade 6

Caberá aos Grupos de Aprendizagem

- a) Reler a seção que trata da **Avaliação Educacional** e discorrer sobre:
 - ✓ De que ou quais avaliação o texto retrata? Como conceitua?

- ✓ A abordagem do texto conecta a avaliação da aprendizagem de competências com o ensino por competências? Quais contribuições você pode apresentar nessa perspectiva?
- ✓ O texto aponta luzes para a avaliação da aprendizagem no contexto da política de currículo apresentada pelo DCRB? Quais?
- ✓ À luz das leituras realizadas até aqui, das experiências em formação e experiências profissionais, quais proposições/considerações o coletivo apresenta sobre o texto de Avaliação Educacional?



Ampliando o repertório...

<https://bit.ly/2WlZgsp>



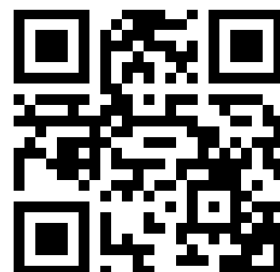
BNCC
Dez. 2017

<https://bit.ly/3g6NhaT>



DCRB
Versão
Julho 2019

<https://bit.ly/2ZnpVbd>



Resolução
CEE n°
137/2019

<https://bit.ly/2V7M0Xs>



Sobre Território
e
Territorialidade

<http://bit.ly/2APdesD>



CENTRO DE
REFERÊNCIAS
EM EDUCAÇÃO
INTEGRAL

<https://bit.ly/2LTZfak>



Uma proposta
de matriz de
avaliação para a
educação
integral

2.2 Inspirações para uma possível trilha na escrita do Referencial Curricular Municipal



Importante saber...

Escrever é o começo dos começos. Depois é a aventura. Uma mochila com alguns poucos pertences do ofício artesanal, uma bússola, vale dizer um título que resuma o problema, ou tema, e a hipótese de trabalho. Uma lâmpada para iluminar os caminhos à medida que se apaga a luz do dia. É desse jeito que a teoria ilumina e conduz a prática, mas só quando a própria prática a deslocou para a situação a que deve servir e produzir adequada. Por isso, de saída não se pode saber quais nossos interlocutores. Surgirão eles durante a caminhada. Isso faz parte da aventura (MARQUES, 2006, p. 27).

É chegada a hora do “por a mão na massa”. É chegada a hora de lançar mão da bússola, da lâmpada e seguir autorando a partir do rumo possível e iluminado pelo caminhar de outros sujeitos que se autorizaram a aventurar-se entre a

teoria/ação para construir outros novos caminhos na perspectiva do possível e do desejável.

Apresenta-se aqui alguns indicativos de uma possível trilha a ser desbravada no movimento curricular das redes. O convite é para parar, olhar, inspirar, arriscar, recriar e, se assim desejar, seguir em frente, afinal para o escritor Osório Marques (2006), “escrever é preciso”.



O que fazer...

- Autorizar-se a autorar o Referencial Curricular do Município a partir de inspirações ecoadas das diversas referências de atores e autores curriculares.



Algumas possibilidades para o fazer...

SUGESTÃO¹ DE SUMÁRIO PARA ELABORAÇÃO DOS REFERENCIAIS CURRICULARES NOS MUNICÍPIOS

***O número de páginas é uma média de previsão pautada em outros Documentos Referenciais, portanto, devem ser relativizado. (total 414 páginas)**

PROPOSIÇÃO DE ORGANIZAÇÃO

- **Capa e Contracapa – 04 páginas**
- **Capa interna com título- 02 páginas**
 - Referencial Curricular Municipal de XXXXXXXXX
 - Expediente
- **Cartas à rede de ensino – 04 páginas**

¹ Proposição elaborada pelos Especialistas de Currículo do Programa de (Re)Elaboração dos Referenciais Curriculares dos Municípios Baianos.

- Texto do(a) Dirigente Municipal de Educação – 01 página
- Texto da Comissão Municipal de Governança - 01 página
- Texto da Undime – 01 página
- Texto: Especialistas e formadores da Undime – 01 página

Sumário – 02 páginas

- **Apresentação do Referencial Curricular – 06 páginas**
- **Parte I – Com-versações curriculares fundantes – 41 páginas**
 - Cenários e identidades curriculares glocais² – 10 páginas
 - Marcos Teóricos, conceituais e metodológicos – 05 páginas
 - Marcos Legais – 02 páginas
 - Avaliação - 04 páginas
 - Modalidades da Educação Básica – 12 páginas
 - Temas intercurriculares – 08 páginas
- **Parte II – Educação Infantil – 40 páginas**
 - Concepções
 - Campos de experiências
 - Organizador curricular
 - Referências
- **Parte III – Ensino Fundamental – Concepção por área do conhecimento 303 páginas**
 - ❖ **Área de Linguagens**
 - **Língua Portuguesa – 80 páginas**
 - Marcos da Concepção
 - Organizador Curricular
 - Referências
 - **Arte – 55 páginas**
 - Marcos da Concepção
 - Organizador Curricular
 - Referências
 - **Língua Inglesa – 12 páginas**
 - Marcos da Concepção
 - Organizador Curricular
 - Referências
 - **Educação Física – 19 páginas**
 - Marcos da Concepção
 - Organizador Curricular
 - Referências

² Glocal faz parte das demandas glocais e locais e das relações de poder estabelecidas pela importância política e sociocultural que a sociedade assume. Roberto Sidnei Macedo

- ❖ **Área de Matemática**
 - **Matemática – 45 páginas**
 - Marcos da Concepção
 - Organizador Curricular
 - Referências

- ❖ **Área de Ciências Humanas**
 - **História – 25 páginas**
 - Marcos da Concepção
 - Organizador Curricular
 - Referências
 - **Geografia – 25 páginas**
 - Marcos da Concepção
 - Organizador Curricular
 - Referências

- ❖ **Área de Ciências da Natureza**
 - **Ciências – 22 páginas**
 - Marcos da Concepção
 - Organizador Curricular
 - Referências

- ❖ **Área de Ensino Religioso**
 - **Ensino Religioso – 20 páginas**
 - Marcos da Concepção
 - Organizador
 - Referências

- **Referências – 12 páginas**

REFERÊNCIAS

BAHIA. Secretaria da Educação. Superintendência de Políticas para Educação Básica. União Nacional dos Dirigentes Municipais da Bahia. **Documento Curricular Referencial da Bahia para Educação Infantil e Ensino Fundamental** – Superintendência de Políticas para Educação Básica. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Salvador: Secretaria Estadual da Educação, 2019.

BAHIA. CEE. Resolução N.º 137/2019, de 17 de dezembro de 2019. Fixa normas complementares para a implementação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Diário Oficial do Estado (DOE), 21 de dezembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. MEC, 2017. Brasília: 2017.

MARQUES, M. O. Escrever é preciso: **o princípio da pesquisa**. 5 ed. Ijuí: Editora da Unijuí, 2006.